



RESOLVE:

Art 1º - Aprovar o Plano de Aplicação do Recurso do AEPETI contemplando o saldo remanescente de 2020, conforme detalhamento de ações para 2021 apresentadas na reunião ordinária.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Teresina, 24 de fevereiro de 2021.

Luciana Evangelista Fernandes Franco
Presidente do Conselho Estadual Assistência Social - CEAS/PI

RESOLUÇÃO Nº09 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Aprova o Plano Busca Ativa e Cartão Social Estratégias para a Inclusão Social de Famílias em situação de extrema pobreza.

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS/PI, instância de deliberação colegiada, vinculada à estrutura da Secretaria da Assistência Social e Cidadania, Trabalho e Direitos Humanos - SASC/PI,

Em Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de fevereiro de 2021, no uso da competência que lhe foi conferida pela Lei Estadual 4.818/95, com base na Lei Orgânica de Assistência Social - Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993,

Considerando o Parecer da Comissão de Financiamento e Orçamento e as decisões da reunião em plenária;

RESOLVE:

Art 1º - Aprovar o Plano Busca Ativa e Cartão Social Estratégias para a Inclusão Social de Famílias em situação de extrema pobreza.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Teresina, 24 de fevereiro de 2021.

Luciana Evangelista Fernandes Franco
Presidente do Conselho Estadual Assistência Social - CEAS/PI

Of. 06

Resolução CEPEX 007/2021 Teresina (PI), 09 de março de 2021.

Dispõe sobre a continuidade, de forma não presencial, das atividades de Ensino na Graduação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, no segundo semestre letivo de 2020, em virtude da situação de excepcionalidade causada pela pandemia do novo coronavírus.

O MAGNÍFICO REITOR E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - CEPEX/UESPI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 60, inciso XVIII, do Estatuto da UESPI,

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde - OMS, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da pandemia da Covid-19;

Considerando a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde, de 3 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União - DOU, em 4 de fevereiro de 2020, declarando emergência em saúde pública de importância nacional, em razão da pandemia da Covid-19;

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19;

Considerando o Decreto Estadual nº 18.884, de 16 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para dispor no âmbito do Estado do Piauí, sobre as medidas de emergência de saúde pública em nível internacional e tendo em vista a classificação da situação mundial do novo coronavírus como pandemia, institui o Comitê de Gestão de Crise, e dá outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 19.219, de 21 de setembro de 2020, que aprova o Protocolo Específico com Medidas de Prevenção e Controle da Disseminação do SARS-CoV-2 (COVID-19) para o setor relativo à Educação, e dá outras providências;

Considerando o Decreto Estadual nº 19.229, de 23 de setembro de 2020, que altera o supracitado Decreto nº 19.219, de 21 de setembro de 2020;

Considerando a Resolução CEPEX nº 20, de 17 de agosto de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a retomada, de forma não presencial, das atividades de Ensino na Graduação da UESPI, referentes ao Primeiro Semestre Letivo de 2020 e ao Período Especial Curricular 2020.3, em virtude da situação de excepcionalidade causada pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2);

Considerando a Resolução CEE/PI nº 061/2020, de 26 de Março de 2020, que dispõe sobre o regime especial de aulas não

presenciais para Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Piauí, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de isolamento previstas pelas autoridades sanitárias na prevenção e combate à pandemia da Covid-19;

Considerando as recomendações do Conselho Nacional de Educação - CNE, constantes no Parecer CNE/CP Nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19, notadamente a parte referente à Educação Superior (subtítulo 2.15);

Considerando as orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas, presenciais e não presenciais, no contexto da Pandemia, emitidas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, constantes do Parecer CNE/CP nº 11/2020;

Considerando a Portaria CONDIR nº 05/2021, que institui o Protocolo de Recomendações Higienicossanitárias da UESPI, tendo em vista o retorno gradual das atividades administrativas presenciais, a partir do dia 10 de agosto de 2020;

Considerando a Resolução CONSUN nº 001/2020, de 27 de abril de 2020, que aprovou, em caráter excepcional e temporário, enquanto perdurar a emergência de saúde pública causada pelo novo coronavírus, a realização de reuniões do CONAPLAN e do CEPEX por videoconferência, por meio de solução tecnológica que permita a participação remota dos conselheiros, dispensando a presença física nas salas próprias de transmissão, com aplicação extensiva aos Conselhos de Centro e de Unidade e aos Colegiados de Cursos;

Considerando a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

Considerando o que dispõe a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia da Covid-19, aplicável, por analogia, às Instituições Estaduais de Ensino;

Considerando que as atividades não presenciais constituem alternativa para o desenvolvimento do trabalho acadêmico, possibilitando reduzir a reposição de carga horária presencial ao final da situação de emergência, bem como permitindo aos estudantes a manutenção de rotina básica de atividades pedagógicas;

Considerando que a oferta de atividades didáticas por meio de ensino remoto emergencial configura-se como uma excepcionalidade, de caráter transitório, e não uma atividade de ensino a distância;

Considerando Portaria nº 2.117, do Ministério da Educação, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EAD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino e utilizada, por analogia, pelas Instituições Estaduais de Ensino;

Considerando a responsabilidade das autoridades públicas, no limite de sua atuação, pela adoção de medidas de prevenção, combate e tratamento doenças, a qual ganha ainda mais relevo em situações pandêmicas;

Considerando a necessidade de se estabelecer ações de proteção em face dos eventos de proliferação e disseminação do novo coronavírus, a gravidade do momento e a necessidade de estimular o isolamento domiciliar como forma de minimizar a transmissão da pandemia da Covid-19;

Considerando, a vida como pressuposto essencial dos demais direitos do ser humano;

Considerando o Processo Administrativo nº 00089.003674/2021-76;

Considerando deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX, tomada em sua 202ª Reunião Extraordinária, realizada em 08 de março de 2021,

RESOLVE

Art. 1º Manter, de forma não presencial, as atividades de ensino nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, para o semestre letivo 2020.2, determinada pela Resolução CEPEX nº 20, de 17 de agosto de 2020, em virtude da continuidade da grave crise sanitária e de saúde pública causada pela pandemia da Covid-19.

§1º As aulas do semestre letivo 2020.2 terão início somente após o término do semestre letivo 2020.1.

§2º Aplica-se às atividades não presenciais do semestre letivo 2020.2 as mesmas diretrizes fixadas pela Resolução CEPEX nº 20, de 17 de agosto de 2020, para o semestre letivo 2020.1 e o Período Especial Curricular 2020.3.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EVANDRO ALBERTO DE SOUSA
Presidente do CEPEX